



CÂMARA MUNICIPAL DE CURRAIS NOVOS/RN  
CNPJ: 08.470.502/0001-98  
COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

## DECLARAÇÃO DE VOTO

---

**Matéria Legislativa:** Parecer do Relator da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final ao Projeto de Lei 053/2023, de autoria do vereador Mattson Ranier Gomes de Araújo.

**Relator:** Luciêdo da Silva

---

### I – DECLARAÇÃO DE VOTO

Recebemos do Relator o parecer sobre o Projeto de Lei nº 053/2023, de autoria do vereador Mattson Ranier Gomes de Araújo que “Assegura a livre organização dos grêmios estudantis nos estabelecimentos de ensino públicos e privados, nas modalidades de ensino fundamental e médio, do Município de Currais Novos e dá outras providências”.

Após analisar sobre o Projeto de Lei nº 053/2023, foi analisado inicialmente sobre a competência bem como a sua forma, assim, foi analisado o parecer do relator da seguinte comissão: COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL, em que relator foi favorável sobre o PLOL nº 053/2023.

É o voto,

Após avaliar o parecer do relator da COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL, onde foi realizado parecer FAVORAVÉL ao PLOL nº 053/2023, traçando em seu parecer de forma celebre o seguinte posicionamento:

(...)

**Diante do exposto, a Relatoria da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final VOTA pela APROVAÇÃO COM RESSALVA do referido projeto de Lei.**



CÂMARA MUNICIPAL DE CURRAIS NOVOS/RN  
CNPJ: 08.470.502/0001-98  
COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

Neste sentido, enviamos para a Douta a Procuradoria, para elaborar posicionamento sobre o tema, pois restou dúvidas se de fato haveria vício de iniciativa bem como inconstitucionalidade sobre a matéria, assim, segue a conclusão da Douta Procuradoria:

**Em face do exposto, conclui-se:**

- a) a matéria tratada no PL n.º 053/2023 insere-se da competência legislativa do Município, nos termos do art. 14 da LDB;
- b) o PL n.º 053/2023 contém disposições complementares à Lei n.º 7.398, de 1985, que institui os grêmios estudantis, garantindo-lhes autonomia de organização, funcionamento e realização de atividades;
- c) o inciso IV do art. 5º da proposição é formalmente inconstitucional por invadir competência da União (art. 22, I da CRFB);
- d) o inciso V do art. 5º da proposição é materialmente inconstitucional por violação à inviolabilidade domiciliar (art. 5º, XI da CRFB);

Diante disto opino **ser favorável ao PARECER do Relator** referente ao PLOL n.º 053/2023 e quanto ao mérito, caberá tão somente aos vereadores no uso da função legislativa, verificar a viabilidade ou não da sua aprovação, respeitando-se as formalidades legais e regimentais vigentes.

São essas, senhores Vereadores (as), as razões que nos levam a propor a Vossa Excelências a edição da norma em questão.

Câmara Municipal de Currais Novos, Palácio Vereador Humberto Gama, 18 de dezembro de 2023.

**Ezequiel Pereira da Silva Neto**  
**Vereador**